

Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991-2001



Territorial dynamics and development paths in Portugal, 1991-2001

Autor: João Ferrão

Investigador do Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa

E-mail: Joao.ferrao@ics.ul.pt

Resumo:

Este artigo procura avaliar a convergência/divergência regional ocorrida ao longo da década de 90, considerando-se as alterações verificadas como um processo de transição composto por elementos sócio-demográficos tradicionais, modernos e pós-modernos. A análise do processo de transição baseou-se na construção de tipologias territoriais (freguesias) e no uso de metáforas espaciais como instrumentos importantes para a construção de visões para o futuro. Defende-se que a adopção de um novo mapa cognitivo no estudo das dinâmicas territoriais do país permitirá uma compreensão mais adequada dos mecanismos de convergência/divergência regional.

Palavras-chave:

Portugal, convergência/divergência regional, processos de transição, espaço-temporalidades

Abstract:

This article seeks to evaluate regional convergence/divergence in the 90's as a transitional process including traditional, modern and post-modern socio-demographic issues. In order to address this transitional process, parish-based typologies are built and spatial metaphors are used as vision-making tools. We argue that a new cognitive approach towards the study of territorial dynamics is needed in order to open up a more accurate understanding of the regional convergence/divergence mechanisms in Portugal.

Key-words:

Portugal, regional convergence/divergence, transitional process, space-time configurations

Uma visão integrada e evolutiva das dinâmicas territoriais do país

A informação dos Censos 2001 permite actualizar e aprofundar o conhecimento das dinâmicas territoriais do país e, simultaneamente, averiguar em que medida as alterações ocorridas nos últimos anos reflectem a existência de trajectórias de desenvolvimento regionalmente diferenciadas.

O título do texto revela a forma como iremos abordar esta questão.

Ao privilegiar as dinâmicas territoriais procuramos propor uma visão integrada, susceptível de evitar as perspectivas de recorte estritamente sectorial ou temático. Sendo obviamente indispensáveis, sobretudo pelo conhecimento mais especializado que produzem, estas perspectivas não garantem, no entanto, o olhar sistémico que se pretende aqui imprimir.

Simultaneamente, as trajectórias de evolução permitem contextualizar as dinâmicas detectadas. De facto, mais do que desenhar um retrato minucioso do presente interessa-nos entender o significado das mudanças verificadas nestes últimos anos à luz dos movimentos estruturais que caracterizam a evolução recente da sociedade portuguesa.

Esta visão integrada (no espaço) e dinâmica (no tempo) sugere um duplo pano de fundo analítico. No primeiro caso, são as tendências de convergência/divergência regional que estão em causa. No segundo, são os processos de transição de uma sociedade particularmente híbrida – dada a intensidade da coexistência de elementos tradicionais, modernos e “pós-modernos” - que irão ser averiguados. No seu conjunto, é a evolução das espaço-temporalidades das várias parcelas do país que importa entender.

Estará Portugal, no início do século XXI, mais homogéneo do que há 10 anos atrás?

A bibliografia sobre os processos de convergência/divergência regional tem vindo a sublinhar dois aspectos importantes. Numa *óptica de tempo curto*, os momentos de grande expansão ou de crise tendem a acentuar as disparidades existentes enquanto em contextos de estabilidade e expansão moderada os movimentos convergentes ganham maior peso, podendo mesmo tornar-se dominantes. Numa *óptica de tempo longo*, a divergência regional tende a aumentar em períodos históricos de transição para fases qualitativamente novas do ponto de vista sócio-económico, contrastando com as tendências mais uniformizadoras verificadas em períodos de consolidação e maturidade das realidades já existentes.

É, pois, à luz deste duplo olhar de curto e longo alcance temporal que devem ser entendidas as dinâmicas territoriais que afectaram o país na última década do século XX. E é também à luz deste olhar que se torna possível identificar uma hipótese de partida: *Portugal, nesses 10 anos, tornou-se mais uniforme no que se refere a aspectos tradicionais ou modernos e maduros, mas mais heterogéneo no que toca aos elementos de modernidade tardia ou “pós-modernos”.*

Se assim for, e numa década globalmente marcada por um contexto de estabilidade positiva, indicadores típicos das sociedades tradicionais (peso relativo das famílias complexas, por exemplo) ou das sociedades modernas (acesso domiciliário a água potável, por exemplo) tenderão a revelar um país em uniformização tendencial e, por isso, internamente menos contrastado. Pelo contrário, indicadores de realidades “pós-modernas” ainda em irrupção, mas já com visibilidade (importância das famílias monoparentais, por exemplo), revelarão um país em diferenciação e, por isso, mais heterogéneo do que há dez anos.

Numa década em que, com uma intensidade provavelmente nunca antes observada, coexistem na sociedade portuguesa aspectos com temporalidades históricas tão distintas, a análise das evoluções ocorridas deve ser particularmente cuidadosa. Por detrás de valores médios ou de um mesmo indicador estatístico escondem-se, por vezes, comportamentos de surpreendente diversidade. Repare-se, por exemplo, como o aumento vertiginoso de agregados domésticos sem núcleo familiar se alimenta, ao mesmo tempo, do avanço da solidão grisalha tipicamente moderna (idosos, sobretudo mulheres, a viverem sós) e da individualização juvenil de características “pós-modernas” (jovens, sobretudo do sexo masculino, a viverem sós).

Vejamos o que uma primeira análise, necessariamente bastante elementar, dos resultados dos Censos 2001 nos sugere a este propósito.

Metodologia de análise

A análise efectuada baseou-se em dados de evolução 1991-2001 ao nível da freguesia¹. O facto de apenas se ter recorrido a indicadores de evolução resulta, justamente, da intenção de captar o *país em movimento*, isto é, de identificar a intensidade das mudanças ocorridas durante esta década. Por outro lado, o recurso a dados espacialmente desagregados por freguesia justifica-se por apenas assim ser possível detectar diferenciações que o nível municipal – e, por maioria de razão, escalas geográficas mais abrangentes – necessariamente ocultam.

Consideraram-se quatro domínios de observação: ocupação do território, famílias, empregabilidade e condições de vida. O conceito de poliedro do desenvolvimento (Figura 1) procura imprimir uma visão integrada, sistémica, desses vários domínios.

Figura 1



Nesta fase preliminar tivemos de recorrer a um leque relativamente reduzido de indicadores, susceptíveis de garantir os dois critérios acima referidos (taxas de evolução; dados desagregados ao nível da freguesia) e, simultaneamente, cobrir de forma satisfatória os vários domínios de observação considerados.

Os 19 indicadores retidos para análise procuram representar aspectos com “temporalidades sociais” distintas. Assim, e a título de exemplo, valores elevados de dimensão média da família, de envelhecimento demográfico ou de população casada sem registo representam, tendencialmente, aspectos característicos das sociedades tradicionais, modernas e “pós-modernas”, respectivamente. No entanto, mais do que cada indicador por si só, é a forma como estes se associam em cachos coerentes que permitirá ilustrar as várias “temporalidades” a que acima se aludiu.

Claro que nem todos os indicadores podem ser linearmente identificados com distintas “temporalidades”. E também é óbvio que os vários indicadores considerados cobrem de forma muito desigual os vários “tempos sociais” em causa. É, pois, de uma primeira aproximação grosseira que se trata, pelo que os resultados obtidos não poderão deixar de ser lidos com a devida precaução.

As análises que se seguem basearam-se na construção de tipologias de freguesias. A partir da base de dados constituída pelos valores dos 19 indicadores nas 4 241 freguesias do país, e recorrendo a uma análise de correspondências múltiplas seguida da classificação e descrição do perfil de cada um dos grupos definidos² (tendo por base os indicadores sobre-representados em cada grupo face ao valor médio nacional), construíram-se duas tipologias: uma primeira, mais agregada, em que as freguesias do país são associadas, com base nas semelhanças que apresentam entre si, em três classes; uma segunda, mais fina, em que se identificam seis classes.

Nos parágrafos que se seguem, procuraremos entender os resultados obtidos em cada um dos casos à luz da hipótese inicialmente formulada.

Resultados

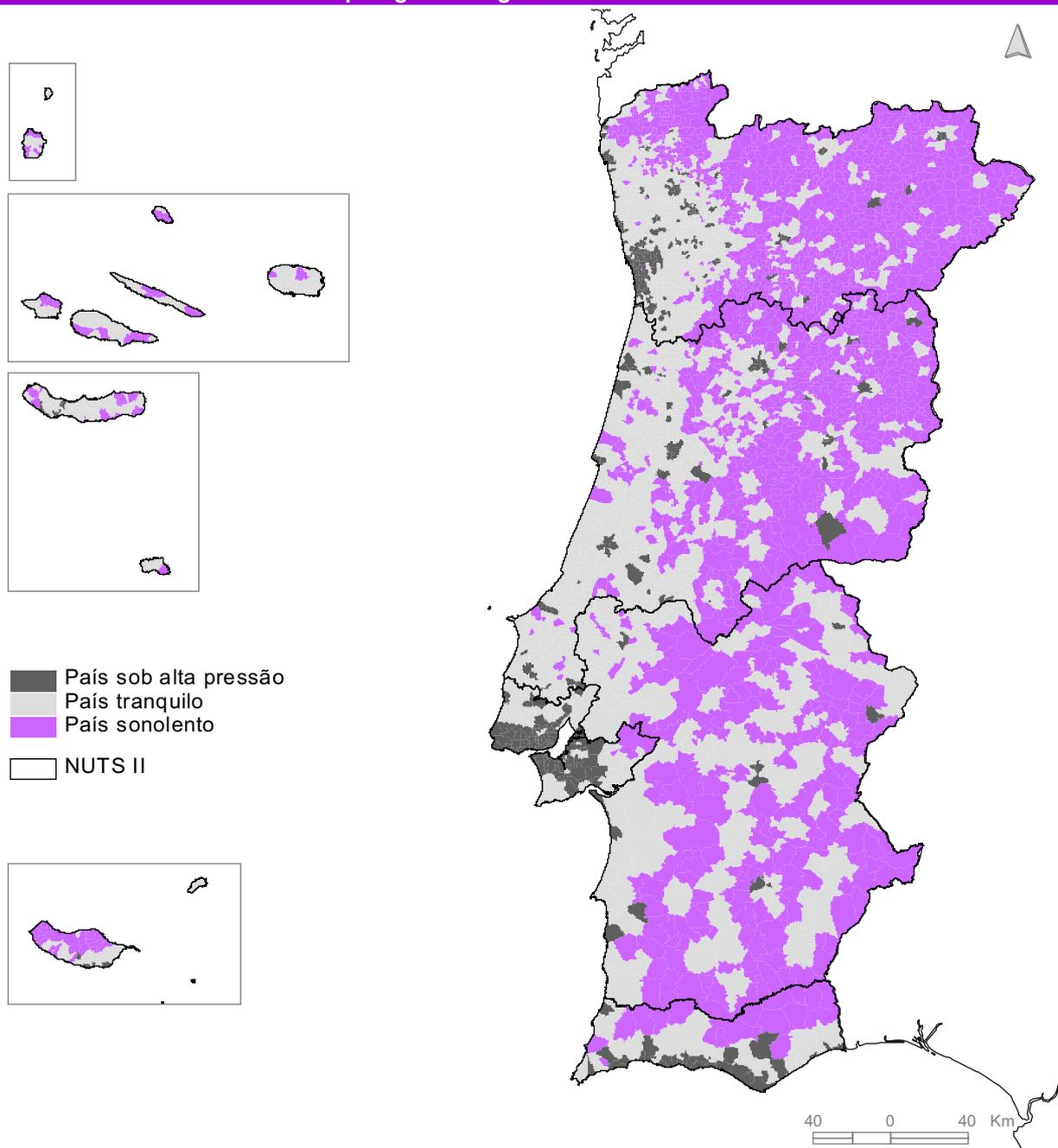
A tipologia de freguesias com três classes

Na primeira das tipologias construídas, as freguesias do país foram agregadas em três categorias, simbolicamente referenciadas por “país sob alta pressão”, “país tranquilo” e “país sonolento”.

As designações utilizadas são deliberadamente equívocas.

Figura 2

Tipologia de freguesias com 3 classes



A referência a “alta pressão” tanto pode ser lida do ponto de vista da intensidade da mudança, acarretando riscos elevados, como associada às situações meteorológicas de céu particularmente limpo, invocando a existências de contextos muito positivos. São, em suma, territórios excessivos tanto do ponto de vista das ameaças como das oportunidades. Um rápido relance pela geografia do *Portugal sob alta pressão* (Figura 2) mostra, sem surpresa, que coincide com as manchas metropolitanas e urbanas do país. Aqui, conjugam-se resultados particularmente elevados no que se refere aos indicadores de atracção, densificação e qualificação dos recursos humanos. Complementarmente, a incidência de população estrangeira e dos casamentos sem registo – dois indicadores bem distintos de “abertura” – é também bastante superior à que se verifica no conjunto do país. Trata-se, portanto, do Portugal que, por razões de dimensão, qualidade e abertura, maior capacidade revelou para se transformar e desenvolver ao longo da última década do século XX.

No pólo oposto coloca-se o “país sonolento”. O equívoco subjacente a esta designação procura abarcar a sua carga tanto negativa - a inacção própria de quem perdeu energia - como positiva - o sono retemperador que permite, mais tarde, acordar revigorado. A geografia do *Portugal sonolento* coincide em grande parte com o interior do país, embora revele uma particular incidência nas regiões Norte e Centro. Os indicadores aqui sobrerrepresentados sugerem um círculo vicioso de subdesenvolvimento difícil de romper: repulsão demográfica, despovoamento, envelhecimento, estabilização ou mesmo degradação do capital humano. Complementarmente, o aumento de alojamentos sazonais e a diminuição das taxas de emprego confirmam a natureza sonolenta desta vasta parcela do país. Este é, de forma clara, o Portugal perdedor ao longo dos anos em análise.

Em situação intermédia coloca-se o “país tranquilo”, isto é, um conjunto amplo de áreas onde, em termos comparativos, as evoluções ocorridas ao longo da última década do século XX foram relativamente moderadas. Espreado-se maioritariamente pelo litoral, mas com um número significativo de pequenos e médios afloramentos no interior, o *Portugal tranquilo* é, sob todos os aspectos – social, económico e geográfico, o país intermédio, o país da transição. Em termos gerais, no entanto, revela uma trajectória de evolução mais próxima da que se verifica nos territórios do “Portugal sob alta pressão”.

Uma leitura estritamente visual da geografia desta tipologia pode, no entanto, suscitar alguma ilusão de óptica.

O *Portugal sob alta pressão* engloba, em 2001, 11% das freguesias, 46% da população residente e certamente bastante mais de metade do produto nacional. Inversamente, o *Portugal sonolento* inclui 45% das freguesias, 11% da população residente e uma percentagem ainda inferior do produto. Ou seja, olhar para o país, e para os seus grandes contrastes, a partir do território, das pessoas ou das empresas sugere, sem dúvida, juízos de valor e prioridades de intervenção relativamente distintos, senão mesmo conflituais. A leitura visual do país não pode, por isso, identificar linearmente a expressão geográfica de um determinado fenómeno com a sua relevância social ou económica em termos nacionais.

Por outro lado, a configuração espacial das três categorias da tipologia da Figura 2 parece confirmar a persistência do Portugal dual que Adérito Sedas Nunes identificou nos anos 70³, com o *país sob alta pressão* a representar o Portugal moderno por excelência, o *país sonolento* a retratar o Portugal tradicional e, finalmente, o *país tranquilo* a associar-se de forma privilegiada ao primeiro. Ou seja, a leitura de Portugal através da dicotomia *litoral desenvolvido e em modernização vs. interior (e ilhas) tradicional e subdesenvolvido* permanece, no essencial, válida tanto do ponto de vista descritivo como analítico. Será assim?

A tipologia de freguesias com seis classes

Uma tipologia mais fina, embora construída a partir da mesma base de informação, permitiu identificar seis classes ou categorias de freguesias (Figura 3):

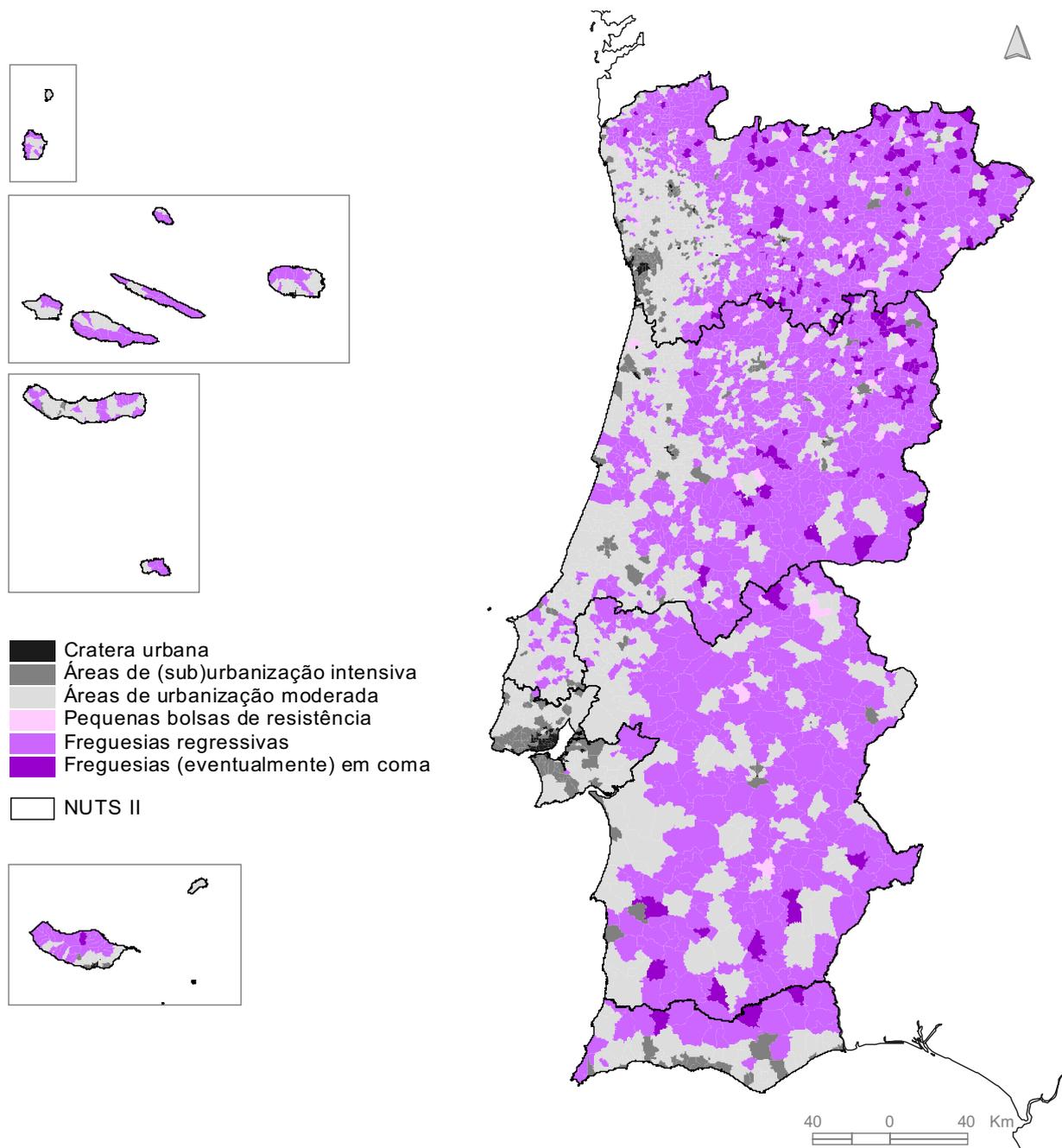
- as *crateras urbanas*, áreas urbanas com decréscimo populacional, geralmente coincidentes com os centros históricos das cidades de grande (Lisboa, Porto) ou média (Guimarães, Braga, Vila Real, Coimbra, Figueira da Foz, Covilhã, Abrantes, Évora, etc.) dimensão, mas que no caso de Lisboa se alarga já aos subúrbios industriais de primeira geração (Almada, Barreiro);
- as *áreas de (sub)urbanização intensiva*, que envolvem geograficamente as “crateras urbanas” ou correspondem aos núcleos centrais de cidades de média e pequena dimensão e/ ou com um posicionamento menos maduro no respectivo ciclo de vida urbano;
- as *áreas de urbanização moderada*, que correspondem a uma segunda ou terceira auréola em torno das

principais aglomerações urbanas, mas também a afloramentos de natureza mais pontual dispersos pelo interior do país;

- as *pequenas bolsas de resistência*, que reflectem a existência de aglomerações de reduzida dimensão ou de localizações com condições que, não sendo muito positivas, se destacam, ainda assim, favoravelmente das categorias com resultados mais problemáticos;
- as *freguesias regressivas*, isto é, uma vastíssima área do país com resultados negativos, face à média nacional ou mesmo em termos absolutos, em vários dos indicadores dos quatro domínios de observação considerados (ocupação do território, famílias, condições de vida e empregabilidade);
- as *freguesias (eventualmente) em coma*, situações de natureza mais pontual, mas com particular incidência nas regiões Norte e Centro interior e ainda no Baixo Alentejo/Serra Algarvia, onde a evolução regressiva ocorrida ao longo da década de 90 atinge valores excepcionalmente críticos.

Figura 3

Tipologia de freguesias com 6 classes



Que ilações retirar desta segunda tipologia?

Em primeiro lugar, parece pelo menos prudente – senão mesmo aconselhável – evitar a leitura dicotómica que sublinha a pertinência analítica da oposição entre o país moderno e desenvolvido do litoral e o país tradicional e subdesenvolvido do interior (e ilhas). Na verdade, a situação é bastante mais complexa, conforme exemplificam as dinâmicas de evolução ocorridas na década de 90. Em termos genéricos, a “interioridade” (enquanto processo sócio-económico) estende-se até ao litoral em diversas áreas do país, assim como a “litoralidade” emerge em vários territórios do interior. O final do século XX parece confirmar que, justapondo-se às dicotomias Norte/Sul do Portugal tradicional e litoral/interior do Portugal moderno, se afirma crescentemente um Portugal urbano organizado em rede, um arquipélago urbano constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa⁴ e Porto⁵, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, pequena dimensão tanto do litoral como do interior⁶.

Em segundo lugar, parece legítimo afirmar – ou, pelo menos, colocar como hipótese – que a emergência desta situação mais complexa traduz uma maior maturidade dos processos de modernização da sociedade portuguesa. A articulação recorrente entre dinamismos positivos e áreas urbanas ou sob forte influência urbana parece confirmá-lo.

Em terceiro lugar, a geografia das dinâmicas territoriais observadas ao longo da década de 90 parece apontar para um país *espacialmente mais desequilibrado* – maior concentração de pessoas, actividades, competências e oportunidades numa parcela reduzida do território - *mas socialmente menos heterogéneo*, dado o impacte uniformizador (ou, nalguns casos, desdiferenciador) da afirmação (tardia, em termos europeus) dos processos de modernização.

Finalmente, esta análise mais fina das dinâmicas territoriais efectuada numa óptica de trajectórias de desenvolvimento permite perceber em que medida os processos de transição para uma sociedade mais moderna e até “pós-moderna” se encontram em fases de maturação bastante distintas nas várias áreas do país. Embora apenas uma investigação mais ampla e profunda possibilite concretizar esta afirmação, os resultados obtidos são suficientemente claros para revelar, por exemplo, o avanço da região metropolitana de Lisboa em relação à do Porto ou, num outro patamar, do Alentejo em relação a Trás-os-Montes.

Implicações para investigações futuras

Dadas as limitações da análise efectuada, os comentários anteriormente expostos devem ser vistos mais como intuições do que como afirmações definitivas. Ainda assim, a linha interpretativa proposta parece ter um potencial de interesse suficientemente forte para justificar, desde já, a identificação de aspectos a serem valorizados em próximas investigações.

Por um lado, parece urgente a necessidade de olharmos para o país a partir de um novo mapa cognitivo, capaz de superar as limitações ou, até, as armadilhas das consagradas dicotomias Norte/Sul e litoral/interior.

Por outro lado, e justamente no contexto da construção desse novo mapa cognitivo, há temas que ganham uma relevância renovada ou até inesperada: o papel das cidades, a heterogeneidade dos processos de urbanização, o futuro dos espaços rurais de baixa densidade no âmbito de uma nova relação entre as cidades e os campos, ou seja, aspectos decisivos para melhor perceber a evolução das várias territorialidades da sociedade contemporânea portuguesa.

Finalmente, e de um ponto de vista mais propositivo, importa esclarecer de que estamos realmente a falar quando nos referimos aos processos de convergência/divergência regional. A convergência ao nível da garantia de direitos básicos das sociedades modernas (o acesso universal a determinados serviços, por exemplo) deve constituir um imperativo nacional. Já a divergência que resulta da manutenção de alguns factores culturais diferenciadores pode ser positiva. E o agravamento de divergências associadas à emergência de aspectos inovadores é (temporariamente) inevitável. Um país mais homogéneo não é necessariamente melhor. Da mesma forma, um país internamente mais heterogéneo não traduz obrigatoriamente uma trajectória de desenvolvimento positiva. A década de 90 prosseguiu (culminou?) tendências anteriores que levaram a que Portugal se tornasse

um país espacialmente mais desequilibrado, mas socialmente menos diferenciado, situação típica do processo de consolidação da fase moderna das sociedades actuais. Que Portugal queremos no início do século XXI?

Notas

¹ A informação utilizada foi gentilmente disponibilizada para este efeito pelo Instituto Nacional de Estatística (Departamento de Estatísticas Censitárias e da População). A Francisco Vala e Ana Silva, do Serviço de Estudos da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do INE, devo a preparação dos mapas incluídos neste texto.

² Foi utilizado, para este efeito, o pacote estatístico SPAD (*Système Portable d'Analyse des Donnés*). Agradeço a Fernando Honório a realização das análises efectuadas.

³ Nunes, A. Sedas (1964), « Portugal, sociedade dualista em evolução », *Análise Social*, II (7-8), pp. 407-462.

⁴ Área limitada *grosso modo* pelo arco Leiria – Abrantes – Évora – Sines.

⁵ Área limitada *grosso modo* pelo arco Viana do Castelo – Braga – Aveiro.

⁶ Para um maior aprofundamento desta perspectiva ver Ferrão, J. (1999), "As Geografias do País", *Janus 1999-2000*, Lisboa, Público & Universidade Autónoma de Lisboa, pp.184-187 e Ferrão, J. (2002), "Portugal, Três Geografias em Recombinação: Espacialidades, Mapas Cognitivos e Identidades Territoriais", *Lusotopie*, 2002/2, pp. 151-158.